## Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig

Demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 e relatório de revisão





# Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas

Aos Administradores e Acionistas Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

### Introdução

Revisamos o balanço patrimonial condensado da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG ("Companhia"), em 31 de março de 2025, e as respectivas demonstrações condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias condensadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".

#### **Ênfase - Partes relacionadas**

Chamamos a atenção para as notas explicativas 7 e 10 às demonstrações financeiras intermediárias condensadas, que descreve que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com parte relacionada, sua principal fonte de recursos, mantém saldos com parte relacionada integrante do Governo



do Estado de Minas Gerais em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira, cede, em comodato não oneroso, imóvel de sua propriedade a entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais e tem despesas administrativas e de estrutura assumidas por parte relacionada. Dessa forma, as demonstrações financeiras intermediárias condensadas devem ser analisadas nesse contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2025.

Pricewaterhouse Coopers
Pricewaterhouse Coopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/F-5

Marcos Magnusson de Carvalho Contador CRC SP-215373/O

# Balanço Patrimonial Em milhares de reais

Ativo	Notas	31/03/2025	31/12/2024	Passivo	Notas	31/03/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	27.704	195.509	Contas a pagar	14	159.694	631.706
Títulos e valores mobiliários	6	907.129	1.291.813	Tributos a recolher	15	5.060	930
Contas a receber	7	328.004	416.971	Partes relacionadas	10	751	699
Dividendos a receber	11	2.051	2.051	Dividendos a pagar	16	42.199	601.577
Tributos a recuperar	8	40.775	25.529	Outras contas a pagar	11	395	
Total do ativo circulante		1.305.663	1.931.873	Total do passivo circulante		208.099	1.234.912
Não circulante							
Títulos e valores mobiliários	6	448.006	469.637	Não circulante			
Tributos a recuperar	8	72	73	Adiantamentos recebidos	17	762.939	795.947
Depósitos judiciais	9	1.499	-	Provisões	18	46.360	46.284
Partes relacionadas	10	24.757	24.757				
				Total do passivo não circulante		809.299	842.231
		474.334	494.467				
				Total passivo		1.017.398	2.077.143
Investimentos	11	_	268				
Imobilizado	12	268.178	269.044	Patrimônio líquido	19		
Intangível	13	358	288	Capital social		10.260	10.260
•				Reserva de capital		591.170	591.170
				Reservas de lucro		17.367	17.367
		268.536	269.600	Lucro acumulado		412.338	
Total do ativo não circulante		742.870	764.067	Total do patrimônio líquido		1.031.135	618.797
Total do ativo		2.048.533	2.695.940	Total do passivo e patrimônio líquido	:	2.048.533	2.695.940

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstração do resultado Período de três meses findo em 31 de março Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

Lucro antes do resultado financeiro

Receitas financeiras

Despesas financeiras

Resultado financeiro, líquido

	<u>Notas</u>	2025	2024
Receita líquida	20	425.348	342.244
Lucro bruto		425.348	342.244
Receitas (despesas) operacionais Despesas gerais e administrativas Gastos com desenvolvimento Resultado com participações societárias Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21 22 11	(4.859) (15.293) (663) 21	(4.888) - (1.605)
		(20.794)	(6.493)

404.554

48.499

(1.298)

47.201

23

23

335.751

43.021

(1.319)

41.702

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		451.755	377.453
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	24	(3.590)	(6.289)
Lucro líquido do período		448.165	371.164
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (expressos em R\$ por ação)			
Lucro básico e diluído por ação Ordinárias Preferenciais	25	135,51 2.348,32	170,61 1.886,47

Demonstração do resultado abrangente Período de três meses findo em 31 de março Em milhares de reais

	2025	2024
Lucro líquido do período	448.165	371.164
Total do resultado abrangente do período	448.165	371.164

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Período de três meses findo em 31 de março Em milhares de reais

				Reservas de lucro		
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023	10.260	591.170	2.052	45.196		648.678
Lucro líquido do período					371.164	371.164
Total do resultado abrangente do período					371.164	371.164
Outras mutações no patrimônio líquido Distribuição de dividendos (nota 19(e)) Distribuição de juros sobre o capital próprio (nota 19(f))		<u> </u>	<u> </u>		(246.625) (9.000)	(246.625) (9.000)
Em 31 de março de 2024	10.260	591.170	2.052	45.196	115.539	764.217
Em 31 de dezembro de 2024	10.260	591.170	2.052	15.315		618.797
Lucro líquido do período					448.165	448.165
Total do resultado abrangente do período			<u>-</u>		448.165	448.165
Outras mutações no patrimônio líquido Distribuição de dividendos (nota 19(e)) Distribuição de juros sobre o capital próprio (nota 19(f))		<u>-</u>			(25.327) (10.500)	(25.327) (10.500)
Em 31 de março de 2025	10.260	591.170	2.052	15.315	412.338	1.031.135

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstração dos fluxos de caixa Período de três meses findo em 31 de março

Em milhares de reais

	2025	2024
Lucro líquido do período	448.165	371.164
Ajuste de Depreciação e amortização Receitas financeiras Despesas financeiras	868 (46.048) 1.224	744 (37.935) 1.313
Resultado com participações societárias Variações em provisões, benefícios e incentivos	663 (818)	1.605 (874)
Ajustes de capital de giro  Redução de títulos e valores mobiliários para fins de negociação imediata Redução / (aumento) no contas a receber Aumento dos impostos e contribuições a recuperar Aumento de depósitos judiciais Aumento / (redução) de débitos com partes relacionadas Redução no contas a pagar Aumento dos tributos a recolher Redução de adiantamentos recebidos	334.583 88.967 (6.909) (1.470) 52 (472.012) 3.327 (33.008)	347.380 (21.565) (5.287) - (79) (472.837) 4.096 (27.745)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	317.584	159.980
Fluxo de caixa das atividades de investimento Aporte em títulos e valores mobiliários Resgate de títulos e valores mobiliários	(52.225) 161.238	(82.099) 462.554
Fluxo de caixa líquido originado nas atividades de investimento	109.013	380.455
Fluxo de caixa das atividades de financiamento Juros sobre capital próprio pagos Dividendos pagos	(3.232) (591.170)	(8.312) (360.501)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(594.402)	(368.813)
(Redução) / aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(167.805)	171.622
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	195.509 27.704	180.066 351.688
(Redução) / aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(167.805)	171.622

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 1 Contexto operacional

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais — CODEMIG ("Companhia" ou "Codemig") é uma empresa pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações e controlada pela Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais — CODEMGE ("Codemge") e indiretamente pelo Governo do Estado de Minas Gerais ("Governo de MG").

Em 2018, como resultado da Lei 22.828/18 que autorizou a venda de 49% do capital da Codemig, parte relevante de seu patrimônio foi cindido para uma empresa criada no próprio ato de cisão, a Codemge. Desde então, a Codemge assumiu a primazia do papel de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e a Codemig se restringiu a explorar sua participação no negócio de nióbio explorado em conjunto com a CBMM (vide nota 1 (b)) e outras poucas atividades derivadas do seu patrimônio residual.

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Codemig foram questionadas administrativamente pelo Ministério Público de Contas ("MPC") junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais ("TCE-MG"). O Estado de Minas Gerais também foi acionado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais ("MPMG"), de forma que a condução dos casos foi realizada pelo jurídico interno e em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais ("AGE-MG"). Em outubro de 2022, a ação judicial movida pelo MPMG sobre o tema foi sentenciada no sentido de inexistência de vícios na edição da Lei Estadual (que autorizou a abertura de capital da Codemig) que pudesse justificar a interferência do poder judiciário, restando determinada a prevalência de legitimidade dos atos administrativos praticados, cujo trânsito em julgado foi certificado em dezembro de 2022. Em outubro de 2023, no âmbito do TCE-MG, foi emitido parecer do MPC no sentido de que a representação deve ser extinta, sem resolução de mérito em razão da perda do seu objeto. Em outubro de 2024, no âmbito do TCE-MG, foi julgada a extinção de um dos processos, sem resolução de mérito, e em agosto de 2025 a extinção do último procedimento sobre o tema. Não há outros questionamentos em aberto relacionados à cisão da Companhia.

### (a) Objeto social

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia; (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo da saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) de indústria criativa, esporte e turismo.

A Codemig está autorizada a atuar de forma à (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar e receber imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social, nos termos do art. 37, inciso XX, da Constituição da República, da Lei n.º 13.303/2016, da Lei Estadual n.º 14.892/2003 e da Lei Estadual n.º 19.965/2011; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária, desde que não se configure qualquer das hipóteses previstas no art. 14, §15, da Constituição do Estado de Minas Gerais; (vi) realizar a contratação

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ou a execução de projeto, obra, serviço ou empreendimento; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, direta ou indiretamente; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada destinada à instalação e ao funcionamento de indústrias, empresas, ou atividades correlacionadas, respeitando os planos diretores; (ix) participar em empresa privada dos setores minerossiderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação e (xi) contratar parceria público-privada, observada a legislação pertinente.

Embora tais atividades estejam descritas em seu Estatuto Social, de acordo com a lei estadual 23.477/19, a Codemge, que possui objeto similar ao da Codemig, possui prioridade na execução das atividades elencadas acima, exceto por autorização legislativa e aprovação unânime dos acionistas da Companhia.

## (b) Sociedade em Conta de Participação com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM

A Companhia apresenta como principal fonte de recursos a participação em uma Sociedade em Conta de Participação ("SCP") com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração ("CBMM"), que visa explorar os direitos minerários detidos pela Companhia no município de Araxá – MG para exploração de nióbio.

A Companhia, como "sócio participante", reconhece 25% do resultado da SCP por equivalência patrimonial. Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos da Companhia, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida e, considerando que a periodicidade de distribuição dos resultados é contratualmente estabelecida para o início do mês subsequente à competência do resultado, a contrapartida se dá diretamente no contas a receber. Conforme definido na Escritura Pública de constituição da Sociedade em Conta de Participação ("Escritura Pública"), após a apuração do resultado contábil da SCP são feitos ajustes para determinação do montante que será recebido mensalmente pela Codemig como distribuição de sua participação no resultado. Os ajustes realizados que impactarem a distribuição mensal dos resultados à Codemig são registrados como ativos ou passivos da Companhia contra a CBMM, conforme sua natureza.

Um relevante efeito patrimonial decorre da determinação de que a SCP distribua seus resultados sem considerar o impacto de imposto de renda e contribuição social registrados conforme a sua competência, mas sim conforme seu impacto de caixa (antecipações mensais). Dessa maneira, a Codemig usualmente recebe da SCP mais recursos do que seu resultado contábil apurado. Conforme a Escritura Pública, a Codemig deverá devolver a parcela adicional recebida decorrente desses efeitos de tributação no momento em que a SCP é requerida a pagar os tributos sobre o lucro apurados no ajuste anual pelo lucro real (atualmente em janeiro do exercício subsequente à apuração). O saldo em aberto pode ser acompanhado na nota 14.

Como efeito da devolução de recursos recebidos da SCP, decorrentes do imposto de renda e contribuição social da SCP não antecipados – a Codemig resgatou diversas aplicações para liquidar esse saldo de contas a pagar em aberto com a CBMM. Em janeiro de 2025 foram devolvidos à CBMM R\$598.906 para quitação do IR/CS da SCP de 2024 (R\$619.728 em janeiro 2024, referente ao IR/CS de 2023), consequentemente, reduzindo seu caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de alta liquidez.

A Escritura Pública que estabelece a SCP com a CBMM também introduziu a criação da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá – COMIPA, para qual a Codemig e a CBMM arrendaram seus direitos minerários e cuja atividade única é a lavra do nióbio na região de Araxá/MG e a venda do minério

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

extraído. De acordo com a Escritura Pública e com o Estatuto Social da COMIPA, sua atividade exploratória possui como única cliente a SCP, conduzida pela sócia ostensiva CBMM. A Escritura Pública é de 1972 e previa inicialmente prazo de vigência contratual de 30 anos renováveis por outros 30. Em 2003 as partes celebraram termo de acordo para prorrogação contratual pelo período de 30 anos até o ano de 2032.

## (c) Municipalização de Rodovias

Em 11 de dezembro de 2023 foi aprovada a Lei Estadual 24.601, autorizando o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) a transferir, a título de descentralização da sua malha rodoviária, para os municípios mineiros, trechos de rodovia com caráter urbanos ou em área de expansão urbana.

Na referida lei foi previsto o pagamento compensatório de R\$700 por quilômetro de rodovia objeto de transferência de domínio, podendo o pagamento ser realizado pela Codemig e/ou pela sua controladora, a Codemge. Em virtude da transferência, as despesas com manutenção, recuperação, conservação, restauração, melhoria e pavimentação das rodovias passam a ser de responsabilidade do município adquirente.

Para o cumprimento de tal compensação financeira, em março de 2024 foi firmado Acordo de Cooperação Técnica com o DER-MG. O repasse será requerido quando da assinatura dos Termos de Transferência, em que a Companhia e sua controladora irão figurar como interveniente financeiro responsável pelo repasse total ou parcial da compensação.

Em 2024, a Companhia gastou R\$100.187 como pagamento compensatório de trecho de rodovia nos Termos de Transferência do DER-MG para os municípios mineiros.

### (d) Federalização da Codemig

Em julho de 2024, houve na Assembleia Legislativa de Minas Gerais ("ALMG"), a proposição de emenda constitucional, PEC nº 41/2024, que acrescenta dois parágrafos ao art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado ("ADCT"), com o objetivo de permitir a transferência à União das ações que garantem o controle direto ou indireto pelo Estado da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais — Codemig. A proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça ainda em julho de 2024 e no momento estão aguardando o parecer da comissão especial.

Em julho de 2025 foi sancionada pelo Governador do Estado de Minas Gerais a Lei Estadual nº 25.368, resultante da promulgação do Projeto de Lei 3.734/2025 que autoriza o Poder Executivo "a transferir, para a União ou para entidade por ela controlada, a participação societária do Estado na Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig –, na totalidade ou em parte, para fins de pagamento da dívida apurada nos termos do § 2º do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025" condicionada à adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados ("Propag"), inteligência do artigo 1º e seu §1º.

A Companhia atualmente realiza estudos internos, a fim de permitir a adequada avaliação da Codemig no cenário de uma federalização, com intuito de viabilizar as negociações entre o ente federal e o Estado com vistas à redução da dívida de Minas e ao equilíbrio das contas públicas."

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (e) Aprovação das demonstrações financeiras intermediárias

A emissão destas demonstrações financeiras intermediárias da Codemig, foi aprovada pela Administração da Companhia em 24 de setembro de 2025.

## 2 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Dessa forma evidenciam todas as informações relevantes, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitidas em 15 de abril de 2025 e divulgadas em 24 de abril de 2025.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias, estão apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, datada de 15 de abril de 2025.

A Administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem a Companhia considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais. Logo seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

Considerando que não houve alterações relevantes em relação à composição, a natureza e às políticas contábeis dos saldos apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as notas explicativas a seguir estão apresentadas de forma condensada no período de três meses findo em 31 de março de 2025.

- 2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações
- 2.3 Investimento
- 2.4 Classificação corrente versus não corrente
- 2.5 Resumo das políticas contábeis materiais
- 2.6 Estimativas e premissas contábeis críticas
- 2.7 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no período corrente e estão consistentes com o período comparativo apresentado.

## 3 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas suas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

A Companhia não aplica seus recursos em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco elevado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros se equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Conforme descrito abaixo, a Companhia está exposta a riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez, risco de crédito (concentração) e risco cambial.

## (a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2025				
Contas a pagar	159.694	_	-	-
Adiantamentos recebidos	-	_	560.696	202.243
Dividendos a pagar	42.199	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024				
Contas a pagar	631.706	_	-	-
Adiantamentos recebidos	-	_	552.964	242.983
Dividendos a pagar	601.577	_	-	-

#### (b) Risco de crédito - concentração

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos da Companhia é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber derivados dessa operação desde a constituição da Companhia.

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, os mesmos apresentam baixo risco de crédito no entendimento da Companhia, tendo em vista que a maioria das aplicações estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, segundo avaliações de agências de *rating* e no julgamento da Administração da Companhia, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação da Companhia considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco, tendo em vista o perfil de investimento conservador da Companhia e sua necessidade de liquidez.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A qualidade do crédito das aplicações financeiras e das contas correntes classificadas como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito, conforme a seguir:

## Ratings Nacionais de Crédito de Longo Prazo (Rating Brazil National Scale LT)

	31/03/2025	31/12/2024
Depósitos bancários em contas correntes		
(Standard & Poor's)	400	400
brAAA brAA+	139 1	130 6
brA	5	-
(Fitch Ratings)	-	
AA(bra)	30	29
A-(bra)	12	12
Caixa	1	2
Total caixa e banco conta movimento	188	179
Aplicações financeiras		
(Standard & Poor's)		
brAA+	-	97.360
brA+	17.009	-
brAA-	-	10.394
brBBB+	-	12.525
(Fitch Ratings) A+(bra)	_	39.570
(Moody's)		39.3/0
AAbr	-	25.009
A.br	10.507	10.472
Total certificados de depósitos bancários	27.516	195.330
Caixa e equivalentes de caixa - TOTAL	27.704	195.509
Títulos e valores mobiliários		
(Standard & Poor's) brAAA	700.015	1 100 017
brAA+	720.315 15.008	1.100.017 194.772
brAA-	-	30.730
brA	82.021	78.824
AAA(bra)	19.947	-
AA+(bra)	195.507	-
A+(bra) A(bra)	31.899	154.000
BB+(bra)	54.908	154.082 73.193
BBB-(bra)	76.155	/ J·19J -
(Moody's)	, 00	
AAA.br	25.051	-
Demais aplicações (i)	134.324	129.832
Títulos e valores mobiliários - TOTAL	1.355.135	1.761.450
TOTAL	1.382.839	1.956.959
11 de 36		

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Saldo refere-se à aplicação financeira no Fundo Ouro Preto FIC FIM CP, realizado inicialmente por meio da Corretora Órama e migrado para a nova conta no BTG Pactual (Corretora Necton Investimentos), sendo destinado a investidores qualificados, com liquidez D+70 e classificado como Multimercado Livre pela ANBIMA, cujo investimento fora autorizado pela Diretoria Executiva. É um fundo com uma pontuação de risco de 3,5 em uma escala máxima de 5 pontos. É um fundo de crédito privado, de baixa volatilidade e grau de risco considerado médio alto. A carteira do fundo atualmente é composta em classes seniores e mezaninos em mais de 20 FIDCs e as operações estão concentradas na sua maioria nas regiões Sul e Sudeste. A rentabilidade apurada nos últimos 12 meses findos em 31 de março de 2025 foi de 117,83% do CDI (117,04% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

#### (c) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do período. A taxa básica de juros, em 31 de março de 2025, era de 14,25% a.a.. Pela alta correlação do CDI com a taxa básica de juros, para efeitos dessa análise de sensibilidade, o mesmo foi considerado como 100% dessa taxa. Na taxa atual do IPCA, utilizamos o IPCA acumulado de 12 meses findos em 31 de março de 2025, de 5,48% a.a..

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados para os próximos 12 meses, dos investimentos indexados ao CDI e ao IPCA, advindos de uma variação de 25% e 50% da variação esperada dos riscos pertinentes aos quais a Companhia está exposta.

	Saldo contábil	Nocional	Média ponderada do % dos indicadores da carteira atual	Taxa / cotação atual	Taxa/ cotação esperada
Ativo					
Indexador CDI					
Aplicações financeiras	87.838	87.838	108%	14,25%	14,81%
Letras financeiras	342.645	342.645	124%	14,25%	14,81%
Indexador IPCA					
Letras financeiras	82.938	82.938	242%	5,48%	4,90%
_					Cenários
	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI					
Aplicações financeiras	14.049	17.561	21.074	10.537	7.025
Letras financeiras	62.850	78.563	94.275	47.138	31.425
IPCA	-				
Letras financeiras	9.844	12.305	14.766	7.383	4.922
Risco cambial					

#### (d) Risco cambial

A Companhia não possui ativos ou passivos em moeda estrangeira, e por consequência, não está exposta ao câmbio e suas oscilações. A SCP, por sua vez, possui operações em moeda estrangeira e suas variações de câmbio impactam a Companhia através do reconhecimento da equivalência patrimonial da SCP na Codemig. As regras de distribuição do resultado da SCP desconsideram o principal fato gerador do efeito de variação cambial, os Contratos de Adiantamento de Receitas, e seus efeitos são refletidos na distribuição do resultado apenas no momento da vinculação dos passivos em moeda estrangeira pela SCP.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 3.1 Estimativa do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

Assim, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo foram classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo foram observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração. Atualmente a Companhia não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria.
- informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Abaixo os instrumentos financeiros mensurados a valor justo pela categoria nível 2:

4.*	31/03/2025	31/12/2024
Ativo Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	664.731	982.692
Total do ativo	664.731	982.692

• informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Atualmente a Companhia não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 4 Instrumentos financeiros por categoria

Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros ao valor contábil:

		31/03/2025	31/12/2024
	Ativos		
	Custo amortizado		
	Equivalentes de caixa	27.516	195.330
	Títulos e valores mobiliários	690.404	778.758
	Contas a receber	328.004	416.971
	Dividendos a receber	2.051	2.051
	Contas a receber com partes relacionadas	24.757	24.757
		1.072.732	1.417.867
	Valor justo por meio do resultado		
	Títulos e valores mobiliários	664.731	982.692
		664.731	982.692
	Total de instrumentos financeiros ativos	1.737.463	2.400.559
	Passivos		
	Custo amortizado		
	Contas a pagar	159.694	631.706
	Contas a pagar com partes relacionadas	751	699
	Dividendos a pagar	42.199	601.577
	Adiantamentos e cauções recebidas	762.939	795.947
	Total de instrumentos financeiros passivos	965.583	2.029.929
5	Caixa e equivalentes de caixa		
J		31/03/2025	31/12/2024
	Caixa e bancos conta movimento	188	179
	Certificados de depósitos bancários – CDB	27.516	195.330
	Caixa e equivalentes de caixa	27.704	195.509

Os CDBs da Companhia classificados em caixa e equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 107,98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) na data-base destas demonstrações financeiras intermediárias (109,31% em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 6 Títulos e valores mobiliários

	31/03/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras em CDB (i) Fundos de investimento (ii) Letras financeiras (iii) Debêntures (iv)	114.842 664.731 575.562	96.755 982.692 678.662 3.341
	1.355.135	1.761.450
Circulante Não circulante	907.129 448.006	1.291.813 469.637
	1.355.135	1.761.450

(i) Aplicações financeiras da Companhia em CDB com carência acima de três meses. A gestão de caixa da Companhia busca compatibilizar a necessidade de liquidez da Companhia e oportunidades de aplicações com maiores rendimentos.

	Intervalo de 1	Saldos aplicados em		
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
CDI Pré-fixado	105% a 121% 12,85% a 13% a.a.	107% e 121% 12,85% a 13% a.a.	60.322 54.520	43.799 52.956
			114.842	96.755

- (ii) Os fundos de investimento da Companhia se constituem como parte de seus recursos disponíveis para tesouraria. Em relação ao valor total de aplicações em fundos, 80%, ou seja, R\$530.407 possuem liquidez diária, ou até D+10, indexados à taxa DI e, por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro, não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. O restante dos recursos está aplicado no fundo Ouro Preto FIC FIM CP destinado a investidores qualificados, com liquidez D+70 e classificado como Multimercado Livre pela ANBIMA, com uma pontuação de risco de 3,5 em uma escala máxima de 5 pontos. É um fundo de crédito privado, de baixa volatilidade e grau de risco considerado médio alto. A rentabilidade média acumulada dos últimos 12 meses obtida pelos fundos aplicados pela Companhia foi de 107,99% do CDI em 31 de março de 2025 e para os fundos presentes na carteira da Companhia em 31 de dezembro de 2024 a rentabilidade foi de 108,54% do CDI.
- (iii) As letras financeiras aplicadas pela Companhia, possuem liquidez de até 60 meses e são remuneradas da seguinte maneira:

	Intervalo de 1	Saldos aplicados em		
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
CDI CDI + Pré-fixado IPCA +	109% a 145% CDI+1,00% a 1,35% 7,25% a 16,21% a.a. IPCA+7,25% a 8,72% a.a.	109% a 145% CDI+1,00% a.a. 7,25% a 16,21% a.a. IPCA+7,25% a 8,72% a.a.	246.822 95.823 149.979 82.938	360.146 92.801 145.528 80.187
			575.562	678.662

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (iv) A seguir a abertura das debêntures por emissor:

<del>-</del>	Intervalo de 1	Sald	os aplicados em	
_	2025	2024	2025	2024
CEMIG IPCA	IPCA+3,10% a.a.	IPCA+3,10% a.a.	<u>-</u>	3.341
			<del>_</del> _	3.341

Referem-se a debêntures da CEMIG adquiridas em novembro de 2019 no mercado secundário com vencimento em fevereiro de 2025, e visam diversificação, por meio de valores mobiliários emitidos por empresas controladas pelo Estado de Minas Gerais, conforme critérios da política de aplicações da Companhia. As debêntures da CEMIG (CMDT 33) pagam juros (IPCA+3,1% a.a.) anualmente, sempre em fevereiro.

### 7 Contas a receber

As contas a receber da Companhia correspondem substancialmente aos valores a receber advindos do resultado da SCP dos últimos 30 dias à data de apresentação destas demonstrações financeiras. Ademais, a Companhia registra mensalmente saldos a receber derivados de obrigações contratuais de reembolso de despesas operacionais da Sala Minas Gerais, que se encontra cedida em cessão não onerosa.

Os saldos estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras intermediárias.

	31/03/2025	31/12/2024
Sociedade em Conta de Participação: Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM	327.417	416.760
<u>Outras contas a receber:</u> Arrendamentos e recebíveis operacionais	3.479	3.103
	330.896	419.863
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(2.892)	(2.892)
	328.004	416.971
A composição destes saldos por vencimento é como segue:	31/03/2025	31/12/2024
A vencer Há mais de 180 dias	328.004 2.892	416.971 2.892
	330.896	419.863

O montante apresentado no saldo de contas a receber está relacionado substancialmente à participação da Companhia na SCP com a CBMM, que não apresenta qualquer histórico ou perspectiva de inadimplência ou perda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os títulos constituídos como perdas estimadas por créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são relacionados principalmente ao reembolso de despesas referentes ao período de setembro de 2020 a dezembro de 2021. Estes mesmos títulos atualmente se encontram em processo de cobranca judicial.

## 8 Tributos a recuperar

Corresponde substancialmente ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras da Companhia de 2025 e anos anteriores e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social. Os valores retidos são realizados mediante a compensação dos impostos e contribuições federais a pagar da operação e pela restituição por parte da Receita Federal do Brasil ("RFB").

	31/03/2025	31/12/2024
Imposto de renda Contribuição social Outros impostos e contribuições a recuperar	38.107 2.667 	23.863 1.666 
	40.847	25.602
Circulante Não circulante	40.775 72	25.529 73
	40.847	25.602

A segregação dos tributos a recuperar é realizada considerando a expectativa de utilização e/ou restituição. Os tributos que serão recuperados em períodos superiores a 12 meses são classificados a longo prazo.

### 9 Depósitos judiciais

Os depósitos referem-se a valores depositados em juízo em favor da União Federal para garantir a discussão sobre o reconhecimento de crédito tributário para a Companhia bem como a obtenção da suspensão da exigibilidade de débitos tributários lançados em processos administrativos.

O saldo dos depósitos judiciais efetuados está demonstrado a seguir:

	31/03/2025	31/12/2024
Débitos tributários	1.499	
	1.499	

Segue a movimentação dos depósitos judiciais durante o período findo em 31 de marco de 2025:

	31/12/2024	Adições	Resgates	Atualização monetária	31/03/2025
Débitos tributários		1.470		29	1.499
		1.470		29	1.499

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 10 Partes relacionadas

#### (a) Composição

Os saldos e as transações da Companhia com partes relacionadas têm a seguinte composição:

	1	ATIVO	PASSIVO			RECEITA		DESPESA	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024	
Grupo econômico CODEMGE Circulante Contas a pagar (i)	-	-	751	699	-	-	(1.974)	(1.909)	
Não circulante Adiantamentos recebidos (ii) (nota 17) EMC Receitas de arrendamento (iii)	24.757	24.757	-	-	1.385	1.382	-	-	
Coligadas COMIPA Circulante Receitas arrendamento	-	-	_	-	4	4	-	-	
Outros CBMM Circulante Contas a receber / receita (notas 7 e 20) contas a pagar (nota 1(b), 14 e 20)	327.417 -	416.760 -	- 158.189	- 631.705	577·525 (153.810)	506.428 (166.047)	- -	- -	
Não circulante Adiantamentos recebidos (ii) (nota 17)	-	-	762.939	795-947	-	-	-	-	
MGS Serviços de apoio	-	-	-	-	-	-	(95)	(79)	
PRODEMGE Serviços de informática	-	-	-	-	-	-	(4)	(3)	
<b>SEGOV</b> Publicação Diário Oficial	-	-	-	-	-	-	(1)	-	
<b>Gastos com desenvolvimento</b> Gastos com Convênios (iv) (nota 22)	-	-	-	-	-	-	(15.293)	-	

- (i) Refere-se, substancialmente, ao contrato de compartilhamento de custos entre as partes. Além destas, existem receitas e despesas das operações da Codemge que, embora tenha ocorrido a Cisão, ainda têm sido recebidas pela Codemig, ou vice-versa, e deverão ser ressarcidas pela parte da qual essa despesa se refere.
- (ii) Foi estabelecido nos atos societários da cisão que o passivo de adiantamento da SCP naquela data seria vertido para a Codemge. O saldo em aberto na data da cisão correspondia ao saldo da primeira e da segunda operações de adiantamento, sendo que destas transações ainda restam R\$ 24.757 a vincular. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, uma vez que fazem parte da estrutura negocial da Escritura Pública da SCP (nota 1(b)), foi registrado contas a receber de partes relacionadas com a Codemge, no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo. Cabe ressaltar que, em anos posteriores, a Codemig participou de novas operações de antecipação de receitas, nas quais a Codemge não possui qualquer obrigação de ressarcimento. Para outras informações sobre o adiantamento de lucros, vide nota 17.
- (iii) Refere-se a receitas decorrentes do contrato de locação para a Empresa Mineira de Comunicação EMC do Edifício Rádio Inconfidência e TV Minas, localizado no Centro Cultural Itamar

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Franco, e dos equipamentos instalados no prédio que viabilizam a operação das emissoras de radiodifusão.

(iv) A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais e, nesse contexto, está autorizada a firmar contrato ou convênio de cooperação econômica ou técnica e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no Estado, vide nota 22. Caso os convenentes não executem a integralidade do recurso repassado pela Codemig, eles são obrigados a devolverem o recurso atualizado monetariamente. Em função de diversos órgãos estaduais atuarem como intervenientes nos Convênios, os saldos repassados, ou, eventualmente devolvidos, são divulgados como transações com partes relacionadas.

## (b) Concessão de direito de uso de imóveis a partes relacionadas

A Companhia possui imóveis cedidos em comodato não oneroso a partes relacionadas (empresas e entidades do Estado de Minas Gerais), vide nota 12.

#### (c) Remuneração da Administração

A Administração da Companhia é conduzida de forma integrada com a Codemge, dessa forma, os custos da estrutura bem como as despesas administrativas, exceto pela folha de pagamentos, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos pela Codemge.

Considerando que a Administração da Codemig possui cargos administrativos na Codemge, todos os seus membros que participam da Administração da Codemge renunciaram a seus recebimentos na Codemig, uma vez que pela Lei 13.303/16 é proibida a assunção de cargos remunerados em mais de um ente público.

As despesas com remuneração e encargos dos principais executivos e administradores da Companhia e da Codemge durante o período findo em 31 de março de 2025 totalizaram R\$2.607 e estão contabilizadas na Codemge (R\$1.787 em 31 de março de 2024) e são cobradas da Companhia via Contrato de Compartilhamento de Despesas assinado entre Codemig e Codemge.

## 11 Participações societárias

A Companhia mantém um investimento em participação societária na Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá – Comipa. Esse investimento tem a finalidade de manutenção de esforços em conjunto com a CBMM para exploração e lavra de minérios de pirocloro na região de Araxá/MG. A Codemig possui um total de 208.059.600 ações integralizadas, sem valor nominal na Comipa, representando uma participação no capital social total de 50,99%. Conforme definições do Estatuto Social da Comipa, a Companhia entende que a CBMM é a sócia com capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida, uma vez que detém ações que conferem preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Por esse motivo, a participação na Comipa é registrada pelo método de equivalência patrimonial, mas não é consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia.

Investimento	31/03/2025	31/12/2024
COMIPA (i)	-	268
		268

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação do investimento em participação societária nos três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024:

Investimento	Saldo em 31/12/2024	Resultado de equivalência patrimonial	Provisão para perdas (transferência para o passivo)	Saldo em 31/03/2025
COMIPA (i)	268	(663)	395	
	268	(663)	395	

(i) No primeiro trimestre de 2025, a Comipa obteve prejuízo decorrente de provisões de IRPJ e CSLL diferidos, impactados por baixas de provisões trabalhistas e de participação de resultados. Devido às perdas com equivalência patrimonial serem superiores ao capital investido, foi contabilizada uma provisão para perdas no passivo, no grupo de "Outras contas a pagar", no valor de R\$395, que poderá ser revertida à medida que a mesma apresentar resultados positivos, conforme previsto no item 39 do CPC - 18 Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Investimento	Saldo em 31/12/2023	Resultado de equivalência patrimonial	Provisão para perdas (transferência para o passivo)	Saldo em 31/03/2024
COMIPA (ii)	268	(1.605)	1.337	
	268	(1.605)	1.337	

(ii) No primeiro trimestre de 2024, a Comipa obteve prejuízo decorrente de uma provisão relacionada ao CPC 33 Benefício a empregados. Devido às perdas com equivalência patrimonial serem superiores ao capital investido, foi contabilizada uma provisão para perdas no passivo, no grupo de "Outras contas a pagar", no valor de R\$1.337, revertida à medida que a mesma apresentou resultados positivos, conforme previsto no item 39 do CPC - 18 Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Resumo dos saldos da investida em 31 de março de 2025:

Investimento	Ativo circulante	Ativo não Passi circulante circular			Passivo não circulante		Patrimônio líquido	
COMIPA	21.612	4	4.387	17.0	9.7		743	(773)
Investimento	Receita Líqu	Receita Líquida Prejuízo do período				Outros resultados brangentes		Resultado ngente total
COMIPA	25	5.325		(1.299)		-		(1.299)
Abertura dos dividendos	a receber:							
Dividendos a receber					31,	/03/2025		31/12/2024
COMIPA				_		2.051		2.051
				=		2.051		2.051

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 12 Imobilizado

Abaixo é demonstrado a composição do imobilizado da Companhia:

	-			31/03/2025	31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos Prédios e benfeitorias Equipamentos operacionais	339.791 256.787 22.656	(20.112) (14.422)	(229.582) (86.940)	110.209 149.735 8.234	110.209 150.217 8.618
	619.234	(34.534)	(316.522)	268.178	269.044

Movimentação do imobilizado nos três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024:

	31/12/2024	Adições	31/03/2025
Custo			
Terrenos	339.791	-	339.791
Prédios e benfeitorias	256.787	-	256.787
Equipamentos operacionais	22.656	<del></del> -	22.656
	619.234	_	619.234
Depreciação			
Prédios e benfeitorias	(19.630)	(482)	(20.112)
Equipamentos operacionais	(14.038)	(384)	(14.422)
	(33.668)	(866)	(34.534)
Impairment		<u> </u>	
Terrenos	(229.582)	-	(229.582)
Prédios e benfeitorias	(86.940)	<u> </u>	(86.940)
	(316.522)	<u> </u>	(316.522)
Imobilizado líquido	269.044	(866)	268.178

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2023	Adições	31/03/2024
Custo			
Terrenos	339.791	-	339.791
Prédios e benfeitorias	256.787	-	256.787
Equipamentos operacionais	22.656		22.656
	619.234	-	619.234
Depreciação			
Prédios e benfeitorias	(18.191)	(357)	(18.548)
Equipamentos operacionais	(12.481)	(387)	(12.868)
	(30.672)	(744)	(31.416)
Impairment			
Terrenos	(216.390)	-	(216.390)
Prédios e benfeitorias	(128.631)		(128.631)
	(345.021)		(345.021)
Imobilizado líquido	243.541	(744)	242.797

- (a) O Centro Cultural Presidente Itamar Franco ("CCPIF") está parcialmente cedido em comodato não oneroso a partes relacionadas (entidades controladas do Estado de Minas Gerais). O valor contábil líquido em 31 de março de 2025 da parte cedida em comodato não oneroso é de R\$ 151.546 (R\$ 152.254 em 31 de dezembro de 2024) e gerou uma despesa de depreciação até 31 de março de 2025 de R\$ 708 (R\$ 738 em 31 de março de 2024). Em 2020 foi assinado contrato entre a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais e o Instituto Cultural Filarmônica com o objetivo de estabelecer vínculo de cooperação entre as partes para realização da gestão operacional da Sala Minas Gerais, parte integrante do empreendimento, e nos mesmos moldes de cessão em comodato não oneroso à referida Secretaria. A situação de ambos os ativos está condizente com o objeto social da Companhia (nota 1(a)), que é promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais. Em outubro de 2023, foi assinado contrato com a Empresa Mineira de Comunicação ("EMC"), para locação do edifício Rádio inconfidência e TV Minas localizado no Centro Cultural Presidente Itamar Franco ("CCPIF"), pelo valor mensal de R\$251 e condomínio estimado em R\$130, por um período de 05 (cinco) anos, contado da data de assinatura deste contrato, reduzindo parcialmente a área cedida em comodato não oneroso.
- (b) A Companhia é autora do processo de reintegração de posse da parcela de terreno de Olhos D'Agua, equivalente a 28.500 m² e, no julgamento de seus advogados, são remotas as chances de perdas nesse processo.

### Impairment de ativos

Terrenos	31/12/2024	31/03/2025
CCPIF (i) Olhos D'Água (ii)	(107.882) (121.700)	(107.882) (121.700)
<b>Prédios e benfeitorias</b> CCPIF (i)	(229.582)	(229.582)
	(86.940)	(86.940)
	(86.940)	(86.940)
TOTAL	(316.522)	(316.522)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (i) Centro Cultural Presidente Itamar Franco (CCPIF)

Em 2021, devido a alteração do modelo de negócios da Companhia, foi realizada a contratação de empresa especializada para a realização da avaliação do empreendimento que resultou em uma perda por *impairment*. Em 2024, foi elaborado novo laudo de avaliação do empreendimento, no qual foi registrada uma reversão parcial da perda no valor de R\$27.099. Considerando o valor total do ativo, a avaliação por meio do método evolutivo resulta em uma perda por *impairment* no valor de R\$194.822, sendo reconhecido R\$ 107.882 em terrenos e R\$ 86.940 em prédios e benfeitorias (R\$ 194.822 em 31 de dezembro de 2024).

## (ii) Olhos D'Água

Em 2019, foi elaborado laudo de avaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma perda de R\$1.435. Em 2021, devido a alteração do modelo de negócios da Companhia, foram contratadas duas empresas especializadas para a realização da avaliação do terreno. A avaliação por meio do método comparativo direto de dados de mercado resultou em uma perda adicional por *impairment* no valor de R\$123.965. Em 2023, foi elaborado laudo de reavaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma reversão parcial da perda de R\$2.300. Em 2024, foi elaborado novo laudo de reavaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma reversão parcial da perda de R\$1.400.

O valor da perda por redução ao valor recuperável total deste terreno registrado até 31 de março de 2025 é de R\$ 121.700 (R\$ 121.700 em 31 de dezembro de 2024).

## 13 Intangível

Abaixo é demonstrado a composição do intangível da Companhia:

			31/03/2025	31/12/2024
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Marcas e patentes Descomissionamento de mina (i) Direitos de lavra e jazidas	7 346 12	(6) (1)	7 340 11	7 270 11
	365	(7)	358	288

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação do intangível nos três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024:

	31/12/2024	Adições	31/03/2025
Custo			
Marcas e patentes Descomissionamento de mina (i)	7	- 72	7
Direitos de lavra e jazidas	274 12	-	346 12
	000	72	065
Amortização	293	/2	365
Descomissionamento de mina (i)	(4)	(2)	(6)
Direitos de lavra e jazidas	(1)	<u> </u>	(1)
	(5)	(2)	(7)
Intangível líquido	288	70	358
	31/12/2023	Adições	31/03/2024
Custo		_	_
Marcas e patentes Descomissionamento de mina (i)	7	-	7
Direitos de lavra e jazidas	12		12
	19	_	19
Amortização			<u> </u>
Descomissionamento de mina (i)			
		-	
Direitos de lavra e jazidas	(1)	<u>-</u> <u>-</u>	(1)
Direitos de lavra e jazidas	(1) (1)		(1)

### (i) Descomissionamento de mina

Em junho de 2024, houve reconhecimento inicial da provisão para descomissionamento da mina de pirocloro localizada no município de Araxá, referente à parceria firmada entre a CBMM e a Companhia para exploração do nióbio. O ativo reconhecido em contrapartida à provisão refere-se ao valor calculado e trazido a valor presente de todas as despesas cuja expectativa de desembolso futuro seja provável para realização dos procedimentos de descomissionamento de uma área de mineração após o encerramento das atividades de lavra e das obrigações para desativação total das estruturas do local onde se realizou a extração.

Anualmente, o valor do ativo de descomissionamento é atualizado de acordo com os estudos realizados pela CBMM nos quais indicam eventuais alterações nas premissas para a provisão e expectativa de vida útil da mina (para mais informações, vide nota 18).

#### 14 Contas a pagar

A Companhia, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da exploração do nióbio. Os impostos e demais passivos em aberto da SCP na data-base dessas demonstrações são reconhecidos pela Companhia como contas a pagar, uma vez que serão compensados com resultados da SCP ou quitados junto à CBMM, quando da exigibilidade

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dos débitos. Uma menor parte refere-se às obrigações por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

~	1 .	_	. ,	1 . 1	
A composição	destas	contas a	pagar esta	demonstrada	a seguir:

	31/03/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social a pagar - SCP (i) Fornecedores nacionais	158.189 1.505	631.705
	159.694	631.706

(i) Correspondem aos saldos dos tributos da SCP não descontados do resultado distribuído e, portanto, devidos à CBMM. Os saldos são acumulados durante o exercício até o mês de dezembro e sua quitação ocorre em janeiro do exercício subsequente, quando ocorre a apuração do lucro real da SCP e sua quitação pela CBMM junto à Fazenda Federal.

#### 15 Tributos a recolher

	31/03/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social	4.020	-
PIS e COFINS	745	903
Tributos retidos de terceiros	295	27
	5.060	930

## 16 Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	<u> </u>	
Dividendos a pagar ao Estado de Minas Gerais	17.510	294.772
Juros sobre capital próprio a pagar ao Estado de Minas Gerais	3.430	-
Dividendos a pagar à CODEMGE	18.224	306.805
Juros sobre capital próprio a pagar à CODEMGE	3.035	
	42.199	601.577

31/03/2025

31/12/2024

#### 17 Adiantamentos recebidos

Adiantamentos recebidos	31/03/2025	31/12/2024
Adiantamento dos lucros da SCP (i) Valores a ressarcir a SCP (ii)	704.244 58.695	704.244 91.703
	762.939	795.947

(i) A Companhia, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, pode concordar em receber adiantamentos de seus lucros, atrelados à realização de operações de pré-pagamento de exportação e antecipações de contrato de exportação ("ACE") da SCP. Dos adiantamentos em aberto, R\$ 24.757 foram recebidos em 2015, R\$ 48.017 em 2018, R\$ 67.284 em 2019, R\$407.952 em 2022 e R\$156.234 em 2024 e serão vinculados a receitas futuras a serem concretizadas entre 2027 e 2031. Os adiantamentos são realizados em reais — moeda da Escritura Pública — e são cobrados no momento em

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

que a SCP vincula o título de exportação, na moeda da operação, aos cambiais antecipados. Sua cobrança é por meio de redução na distribuição dos resultados da SCP e ocorre pelo valor nominal adiantado, em reais e sem qualquer ajuste ou efeito de carregamento.

(ii) Saldos de variação cambial reconhecidos por competência e derivados de sua participação em operações de antecipação de receitas ou cambiais realizadas pela CBMM, em nome da SCP.

Abertura dos adiantamentos por ano de vencimento:

		31/03/2025	31/12/2024
	Por ano de vencimento		
	2025	-	-
	2026	-	-
	2027	272.434	272.434
	2028	56.335	56.335
	2029	137.475	137.475
	2030	127.656	127.656
	2031	110.344	110.344
		704.244	704.244
18	Provisões		
		31/03/2025	31/12/2024
	Provisões para contingências (i)		
	Contingências cíveis	40.894	40.104
	Contingências tributárias	5.401	6.115
		46.295	46.219
	Provisão para descomissionamento (ii)		
	Descomissionamento de mina	30.687	30.613
	(-) Ajuste ao valor presente	(30.622)	(30.548)
		65	65
		46.360	46.284

### (i) Provisões para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A contingência cível, no valor de R\$40.894 (R\$40.104 em 31 de dezembro de 2024), decorre da obrigação de indenização pelo resgate de ações ocorrido na transformação da Codemig de sociedade de economia mista em empresa pública conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2010. Existe um vínculo do pagamento da maior parte da indenização com a solução de uma disputa judicial, que identifica quem é o ex-acionista a ser indenizado pela Companhia. Em junho de 2023, foi determinado pelo juízo o pagamento dos valores das ações ao ex-acionista Solaris Company Ltda., com correção. A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba ("Codevasf"), que também é parte no processo, apresentou recurso especial pendente de julgamento pelo STJ. Em março de 2025 o recurso especial da Codevasf foi inadmitido e houve interposição de Agravo

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para que o recurso seja apreciado. A Companhia aguarda ainda o trânsito em julgado da decisão para sua confirmação ou revisão, visando eventual depósito em juízo e baixa da provisão.

Já a contingência tributária refere-se à provisão de tributos envolvendo os ativos da Companhia. Em razão de impedimentos regulamentares, a Companhia não consegue liquidá-los e, portanto, decidiu por provisionar tais tributos antes mesmo de ser cobrada pelas autoridades fiscais.

Exceto pelas provisões mencionadas acima, todos os processos envolvendo a Companhia até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemge, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes.

Movimentação das provisões de contingências nos três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024:

	31/12/2024	Adições	Reversões	Atualização Monetária	31/03/2025
Contingências cíveis Contingências tributárias	40.104 6.11 <u>5</u>	300	(1.118)	790 104	40.894 5.401
	46.219	300	(1.118)	894	46.295
				Atualização	
	31/12/2023	Adições	Reversões	Monetária	31/03/2024
Contingências cíveis Contingências tributárias	31/12/2023 38.253 6.009	Adições - 234	(1.108)	,	31/03/2024 38.996 5.222

#### Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Devido aos efeitos da cisão e do Termo de Indenização e Outras Avenças, a Administração considera que, embora a Companhia esteja envolvida em processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios anteriores à cisão, na data base dessas demonstrações financeiras intermediárias há R\$26.336 em causas com probabilidade de desembolso futuro possível na Codemig (R\$25.828 em 31 de dezembro de 2024).

Em abril de 2023, por decisão monocrática proferida no âmbito do STF, houve determinação condenatória de pagamento de honorários sucumbenciais em uma ação popular ajuizada em junho de 2018, cujo objeto principal foi o cancelamento da emissão de debêntures envolvendo o Estado de Minas Gerais "EMG", a Minas Gerais Participações "MGI" e a Codemig. Há contingência passiva que está sob responsabilidade da Companhia, com risco estimado em R\$26.336 (R\$25.828 em 31 de dezembro de 2024). Em 15 de maio de 2023, a Companhia interpôs recurso visando à reforma da decisão, em revisão pelo órgão colegiado do STF.

#### Contingências ativas

Existe um processo de contingência ativa que a Companhia está envolvida classificado como provável entrada de benefícios econômicos por seus consultores jurídicos no montante estimado atualizado de R\$6.135 em 31 de março de 2025 (R\$5.854 em 31 de dezembro de 2024), para o qual é requerida a divulgação, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro. Tal processo refere-se aos valores a receber do Instituto Cultural Filarmônica pelas despesas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

com manutenção da Sala Minas Gerais durante o período de setembro de 2020 a dezembro de 2021, conforme nota 7.

#### (ii) Provisão para descomissionamento

No dia 13 de junho de 2024, foi assinado um acordo entre a Codemig e a CBMM, em que foi ressaltado o fato do contrato da SCP ter a vigência até 2032, ou seja, prazo inferior ao prazo estimado para vida útil da mina de pirocloro localizada no município de Araxá. Dessa forma, as partes determinaram, por meio deste acordo, que a contabilização do provisionamento para o fechamento das minas deveria ser de responsabilidade de cada uma das titulares dos seus respectivos direitos minerários.

Tendo isso em vista, a Companhia reconheceu em junho de 2024 a provisão para descomissionamento de sua mina em Araxá, tendo como base uma estimativa de gastos de todas as despesas cuja expectativa de desembolso futuro seja provável para realização dos procedimentos de descomissionamento de uma área de mineração após o encerramento das atividades de lavra e das obrigações para desativação total das estruturas do local onde se realizou a extração. A expectativa de vida útil das minas foi revisada em dezembro de 2024, passando de 80 para 76 anos de acordo com estudos contratados pela CBMM.

As obrigações para desativação e retirada de serviço de ativos de longo prazo ou restauração de áreas onde os ativos operam, são exemplos de passivos de longo prazo que podem ter natureza não contratual sobre a qual se aplica o ajuste a valor presente. A expectativa de início dos desembolsos é para o ano de 2100 e, portanto, foi registrado ajuste ao valor presente (AVP) dessa provisão. Em março de 2025, foi considerada a taxa DI em 14,15% a.a. descontada da taxa de inflação de 5,65% a.a. como taxa de desconto que reflita juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação.

Como contrapartida relativa à provisão de descomissionamento ajustada a valor presente foi registrado um ativo de descomissionamento de mina (vide nota 13).

### 19 Patrimônio líquido

#### (a) Capital Social

Em 31 de março de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$10.260 (R\$10.260 em 31 de dezembro de 2024). O capital social da Companhia é representado por 180.435 ações ordinárias e 180.433 ações preferenciais, sendo que a Codemge detém 92.022 ações ordinárias e 92.021 ações preferenciais, enquanto o acionista Estado de Minas Gerais detém 88.413 ações ordinárias e 88.412 ações preferenciais.

#### (b) Capital autorizado

Conforme seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$2.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

### (c) Reserva de capital

Em 31 de março de 2025 a reserva de capital é de R\$591.170 (R\$591.170 em 31 de dezembro de 2024) e foi constituída integralmente por ágio na emissão de ações, na qual parte do preço da emissão das ações – que não tem valor nominal – ultrapassou a importância destinada à formação do capital social.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (d) Reservas de lucro

## (i) Reserva legal

A constituição da reserva legal será realizada por meio da aplicação do percentual de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação e, conforme disposições legais, não excederá 20% do capital social. Ainda conforme a lei, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de março de 2025, a reserva legal da Companhia permanece no limite legal, e possui saldo de R\$2.052 (R\$2.052 em 31 de dezembro de 2024).

## (ii) Retenção de lucros

Após a proposição de dividendos mínimos obrigatórios, a Companhia destina o saldo do lucro do exercício à constituição de reserva de retenção de lucros para futura destinação em Assembleia Geral Ordinária. Em 31 de março de 2025, a reserva de retenção de lucros da Companhia, desconsiderando a reserva legal, é de R\$15.315 (R\$15.315 em 31 de dezembro de 2024). Conforme mencionado na nota 27 (b), o valor de R\$15.315 foi distribuído como dividendos adicionais em deliberação da Assembleia Geral de acionistas realizada em abril de 2025.

## (e) Dividendos preferenciais fixos

A distribuição prioritária de dividendos obedece aos §4º e 5º do art. 7º do Estatuto Social e ainda ao art. 203 e § 1º do art. 204 da Lei 6.404/76 (Lei das SA), em que os dividendos preferenciais fixos deverão ser pagos às ações preferenciais no montante equivalente a 25% do resultado contábil apurado pela Sociedade em Conta de Participação com a CBMM, sempre limitado ao montante de lucro distribuível apurado nos termos da legislação aplicável. A política de dividendos estabelece que é assegurado às ações preferenciais o recebimento de dividendos preferenciais fixos, que, quando devidos, devem ser pagos em periodicidade mensal como dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação da Diretoria.

Os dividendos preferenciais intercalares referentes ao resultado de 2025 apurados até o mês de março foram mensurados em R\$25.327, deliberados pela Diretoria até a data-base dessas demonstrações financeiras intermediárias, e R\$10.500 creditados a título de juros sobre capital próprio.

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro líquido do período Constituição de Reserva legal (5%)	448.165	371.164
Lucro líquido do período ajustado	448.165	371.164
Resultado da sociedade em conta de participação do período (SCP) (25%)	423.715	340.381
Base para dividendos fixos preferenciais (Lucro líquido do		
período)	423.715	340.381
Dividendos fixos preferenciais deliberados	25.327	246.625
Juros sobre o capital próprio creditados	10.500	9.000
Dividendos preferenciais a deliberar		84.756
	35.827	340.381

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (f) Juros sobre o capital próprio

A Companhia realizou de janeiro a março de 2025 a distribuição de JCP aos seus acionistas no valor total de R\$10.500, conforme deliberações da Diretoria, de acordo com o art. 9º da Lei 9.249/1995 e art. 75 da IN 1.700/2017:

		31/03/2025	31/03/2024
	Patrimônio líquido	1.031.135	764.217
	Lucro líquido do período	448.165	371.164
	Lucro líquido ajustado, conforme Art. 75 da IN 1.700/2017	462.256	286.910
	Limite da TJLP sobre o patrimônio líquido ajustado	11.984	10.590
	Limite de 50% do lucro líquido ajustado	231.128	143.455
	Juros sobre o capital próprio	10.500	9.000
20	Receita	31/03/2025	31/03/2024
	Receita – SCP	400 515	0.40.004
		423.715 1.800	340.381
	Receita com arrendamentos e locações (i)	1.800	2.053
	Receita bruta	425.515	342.434
	Impostos	(167)	(190)
	Receita líquida	425.348	342.244

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Apresentamos a seguir a abertura do resultado da SCP e dos tributos sobre o lucro apurados:

Resultado da SCP	31/03/2025	31/03/2024
Receita bruta de vendas Devoluções, deduções de receita de vendas e ajustes de preço	3.063.312 (12.591)	2.770.581 4.241
Receita líquida de vendas	3.050.721	2.774.822
Custo de vendas	(527.239)	(540.357)
Margem bruta nas vendas	2.523.482	2.234.465
Despesas estruturais (ii) Outras receitas operacionais	(54.490) 4.582	(239.120) 2.593
Lucro operacional	2.473.574	1.997.938
Resultado de cláusulas contratuais da SCP (iii)	(163.476)	27.772
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - SCP	2.310.098	2.025.710
Participação de 25% da Companhia Variação cambial decorrente dos adiantamentos de exportações	577.525	506.428
realizados pela CBMM	33.008	7.564
Imposto de renda e contribuição social a pagar - SCP (iv)	(142.416)	(149.013)
Imposto de renda e contribuição social – antecipações a pagar (iv)	(15.773)	(8.287)
Imposto de renda e contribuição social – antecipações mensais	(28.629)	(16.311)
Total Imposto de renda e contribuição social e variação cambial	(153.810)	(166.047)
Receita - SCP	423.715	340.381

- (i) Refere-se principalmente ao contrato de utilização do prédio de rádio e TV do Centro Cultural Presidente Itamar Franco (CCPIF).
- (ii) Refere-se principalmente ao efeito de variação cambial incidente nos contratos de antecipação de receitas com exportação.
- (iii) Refere-se principalmente ao efeito de competência da variação cambial incidente nos contratos de Pré-Pagamento de Exportação (PPE) e a equivalência patrimonial da participação nas subsidiárias.
- (iv) Considerando que a Companhia recebe os recursos oriundos do lucro antes do imposto de renda e contribuição social da SCP brutos e posteriormente repassa à CBMM os ajustes de apuração destes tributos, que correspondem à diferença entre apuração por estimativa e lucro real (vide notas 1(b) e 14).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 21 Despesas gerais e administrativas

	31/03/2025	31/03/2024
Despesas com pessoal (i) Serviços de terceiros Depreciação e amortização	(1.974) (1.178) (868)	(1.914) (1.528) (744)
Despesas tributárias Reversão de contingências tributárias	(1.657) 818	(1.576) 874
	(4.859)	(4.888)

(i) Em fevereiro de 2018, após a cisão, Codemig e Codemge assinaram um contrato de serviços compartilhados determinando quanto do custo incorrido pela Codemge com seu pessoal próprio, integralmente transferido da cisão, seria cobrado da Codemig pela sua utilização compartilhada.

#### 22 Gastos com desenvolvimento

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico de Minas Gerais conforme determinado pelo seu estatuto social, e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no estado de Minas Gerais.

Através da celebração de convênios, são formalizadas as transferências de recursos financeiros entre as entidades, com o objeto específico, permitindo a execução de projetos e atividades de interesse público e viabilizando o desenvolvimento econômico.

Uma vez que a Companhia não obterá benefícios diretos através da aplicação destes recursos, os mesmos são registrados como gastos com desenvolvimento no resultado à medida que são incorridos.

					Valores gastos	no período de
Contrato	Descrição	Data	Valor	Valor total gasto até mar/2025	31/03/2025	31/03/2024
Convênios						
11518	Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais - SECULT	02/04/24	12.086	10.600	800	-
11762	Associação Pro-cultura e Promocão das Artes	10/02/25	11.648	10.407	10.407	-
11763	Instituto Cultural Aurum Secretaria de Estado de	12/02/25	2.586	2.586	2.586	-
11779	Cultura e Turismo de Minas Gerais - Secult	28/03/25	14.000	1.500	1.500	
			40.320	25.093	15.293	

(i) O montante refere-se aos seguintes projetos: convênio nº 11518 para promoção do turismo em Minas Gerias por meio da divulgação do Estado; convênio nº 11762 para o desenvolvimento, fortalecimento e valorização sociocultural do carnaval popular de Minas Gerais; convênio nº 11763 para promoção e difusão turística do Circuito Liberdade através da realização de ações artísticas; e convênio nº 11779 para incentivo do destino turístico de Minas Gerais por meio da execução de feiras e eventos nacionais e internacionais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 23 Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia está relacionado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras, principalmente em decorrência do caixa gerado pela SCP mantida em conjunto com a CBMM. Há ainda a receita de atualização monetária do saldo a receber da CBMM, referente ao resultado mensal da SCP e, além disso, a atualização monetária do saldo de tributos a recuperar. As aplicações financeiras possuem como *benchmarks* o CDI e o IPCA, de modo que a flutuação de tais índices influenciam diretamente nos montantes apropriados de receitas e despesas financeiras.

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas Juros recebidos de aplicações financeiras PIS/COFINS Receita Financeira Variação monetária ativa Outras	48.086 (2.361) 2.698 76	43.482 (2.098) 1.637
Despesas	48.499	43.021
Perdas aplicações e instrumentos financeiros Variação monetária passiva Outros	(53) (893) (352)	(830) (489)
	(1.298)	(1.319)
	47.201	41.702

### 24 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é tributada com base no lucro real, as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

A reconciliação dos tributos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	451.755	377.453
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(153.597)	(128.334)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva: Exclusão permanente do resultado da SCP Exclusões/(adições) permanentes e temporárias, líquidas Ativo IR/CS diferido registrado Passivo IR/CS diferido registrado Utilização de prejuízos fiscais	144.063 4.403 (750) 750 1.541	115.730 3.617 - - 2.698
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	(3.590)	(6.289)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,79%	1,67%

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2025, a Codemig conta com um prejuízo fiscal acumulado de R\$577.187 (R\$578.762 em 31 de dezembro de 2024) e base negativa acumulada de R\$583.654 (R\$585.229 em 31 de dezembro de 2024).

Embora tenha sido reconhecido um lucro fiscal no período, a Administração julgou que esse impacto será transitório. Esse julgamento foi realizado levando em consideração a ausência de expectativa de resultado tributável futuro, que se deve ao fato de que a principal receita da Codemig é tributada no âmbito da SCP com a CBMM e, consequentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia.

A partir de junho de 2024, a Companhia passou a contabilizar o passivo de IR/CS diferidos sobre as despesas com depreciação fiscal nos termos do art. 1º da IN 162/1.998. De outro lado, a Companhia também registrou um ativo de IR/CS diferidos no mesmo valor do passivo em razão do prejuízo fiscal acumulado.

	31/03/2025	31/03/2024
Saldo inicial 1º de janeiro Imposto advindos de diferença entre depreciação e fiscal	17.198 750	- -
	17.948	
Compensação de saldos ativos e passivos por entidade jurídica	(17.948)	
Posição líquida de impostos diferidos		

#### 25 Lucro por ação

#### Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias ou preferenciais e nem mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro do período atribuível aos acionistas:	448.165	371.164
Ordinários	24.450	30.783
Preferenciais	423.715	340.381
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	180.435	180.435
Quantidade média ponderada de ações preferenciais em circulação	180.433	180.433
	360.868	360.868
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em reais)	135,51	170,61
Lucro básico e diluído por ação preferencial (em reais)	2.348,32	1.886,47

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 26 Cobertura de Seguros

A Companhia avalia e monitora os riscos de suas operações e realiza a gestão dos seguros patrimoniais visando preservar a integridade dos bens imóveis da Companhia, garantindo a manutenção do patrimônio.

A Companhia ainda toma medidas adicionais para garantir a segurança de seus ativos, tais como instalação de câmeras de vigilância, alarmes, contratação de vigilantes e sistemas de combate a incêndio. Atualmente, a Companhia assegura ativos com benfeitorias que estejam sendo utilizados pela Companhia ou que será utilizado em algum projeto relevante e que tenha valor de mercado superior a R\$1.000.

Segue abaixo o principal Contrato de Seguro da Companhia:

Bem Segurado	Tipo de cobertura	Início Vigência	Fim Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
Centro de Cultura Presidente Itamar Franco	Patrimonial (Compreensivo Empresarial)	05/09/2024	05/09/2025	214.224	111
Total				214.224	111

#### **27** Eventos subsequentes

#### (a) Dividendos e juros sobre capital próprio intercalares

Em abril de 2025, foram deliberadas as distribuições de dividendos intercalares com base nos resultados de março de 2025 no montante acumulado de R\$387.887. A Codemge, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito a R\$197.823, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$190.064. Foram deliberados ainda juros sobre capital próprio com base também no resultado de março de 2025, no montante acumulado de R\$3.500. A Codemge, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito a R\$1.785, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$1.715. Os proventos foram totalmente pagos em maio de 2025.

Em maio de 2025, foram deliberadas as distribuições de dividendos intercalares com base nos resultados de abril de 2025 no montante acumulado de R\$160.142. A Codemge, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito a R\$81.673, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$78.469. Foram deliberados ainda juros sobre capital próprio com base também no resultado de abril de 2025, no montante acumulado de R\$3.500. A Codemge, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito a R\$1.785, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$1.715. Os proventos foram totalmente pagos em junho de 2025.

Em junho de 2025, foram deliberadas as distribuições de dividendos intercalares com base nos resultados de maio de 2025 no montante acumulado de R\$257.213. A Codemge, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito a R\$131.179, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$126.034. Foram deliberados ainda juros sobre capital próprio com base também no resultado de maio de 2025, no montante acumulado de R\$3.500. A Codemge, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito a R\$1.785, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$1.715. Os proventos foram totalmente pagos em julho de 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em julho de 2025, foram deliberadas as distribuições de dividendos intercalares com base nos resultados de junho de 2025 no montante acumulado de R\$109.489. A Codemge, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito a R\$55.840, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$53.649. Foram deliberados ainda juros sobre capital próprio com base também no resultado de junho de 2025, no montante acumulado de R\$3.500. A Codemge, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito a R\$1.785, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$1.715. Os proventos foram totalmente pagos em agosto de 2025.

Em agosto de 2025, foram deliberadas as distribuições de dividendos intercalares com base nos resultados de julho de 2025 no montante acumulado de R\$206.522. A Codemge, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito a R\$105.326, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$101.196. Foram deliberados ainda juros sobre capital próprio com base também no resultado de julho de 2025, no montante acumulado de R\$7.000. A Codemge, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito a R\$3.570, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$3.430. Os proventos serão totalmente pagos em setembro de 2025.

## (b) Destinação do lucro líquido do exercício social de 2024

Em abril de 2025, foi deliberada pela AGOE a distribuição de dividendos referentes ao exercício social de 2024 no montante acumulado de R\$1.732.350. Considerando que desse montante a Diretoria já havia deliberado pela distribuição de dividendos intercalares de R\$1.681.302, conforme previsto no Estatuto Social, restou ainda um saldo de R\$51.048 a ser distribuído e pago, sendo que, deste valor, R\$15.315 estava na conta de reserva de retenção de lucros e o restante estava provisionado como dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2024. A Codemge, detentora de 92.022 ações ordinárias, teve direito a R\$26.035, enquanto que o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.413 ações ordinárias, teve direito a R\$25.013. Os proventos foram totalmente pagos em maio de 2025.

\* \* \*